

Em caso afirmativo, especifique qual a sua situação:

3.2.1- Nomeação	Definitiva	
	Transitória por tempo determinado	
	Transitória por tempo determinável	
3.2.2- Contrato	Tempo indeterminado	
	Termo Resolutivo Certo	
	Termo Resolutivo Incerto	

3.2.3- Situação atual	Em exercício de funções	
	Em licença	
	Requalificação	
	Outra	

3.2.4 Órgão ou serviço onde exerce ou por último exerceu funções:

3.2.5 Carreira e categoria detidas:

3.2.6 Atividade exercida ou que por último exerceu no órgão ou serviço:

3.2.7- Avaliação de desempenho (últimos três anos):

Ano	<input type="text"/>	Menção quantitativa	<input type="text"/>
Ano	<input type="text"/>	Menção quantitativa	<input type="text"/>
Ano	<input type="text"/>	Menção quantitativa	<input type="text"/>

4. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FUNÇÕES EXERCIDAS

4.1 Funções exercidas, directamente relacionadas com o posto de trabalho a que se candidata:

Funções	Data	
	Início	Fim

4.2 Outras funções e atividades exercidas:

5. FORMAÇÃO OU EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL SUBSTITUTIVA DO NÍVEL HABILITACIONAL EXIGIDO

5.1 No caso de a publicitação permitir a candidatura sem o grau académico exigido, indique a formação ou experiência profissional substitutiva.

6. OPÇÃO POR MÉTODOS DE SELECÇÃO

Se é titular da categoria e se encontra a exercer funções idênticas às do (s) posto (s) de trabalho publicitado (s) ou, encontrando-se em requalificação, as exerceu por último e pretende usar da prerrogativa de afastamento dos métodos de selecção obrigatórios, nos termos do n.º3 do artigo 36º da LTFP, assinale a seguinte declaração:

*"Declaro que afasto os métodos de selecção obrigatórios, **Avaliação curricular e Entrevista de avaliação de competências**, e opto pelos métodos **Prova de conhecimentos e Avaliação psicológica**".*

7. REQUISITOS DE ADMISSÃO

"Declaro que reúno os requisitos previstos no artigo 17º da Lei n.º 35/2014, de 20/06 e, se for o caso, os requisitos exigidos na subalínea v) da alínea d) do n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 125-A/2019 de 30/04.

Sim

Não

8. NECESSIDADES ESPECIAIS

8.1 Caso lhe tenha sido reconhecido, legalmente, algum grau de incapacidade, deve ser apresentada declaração do respetivo grau de incapacidade e tipo de deficiência, bem como dos elementos necessários a garantir que o processo de seleção do candidato com deficiência se adequa, nas suas diferentes vertentes, às capacidades de comunicação/expressão, em conformidade com o previsto no artigo 19.º n.º1 da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril.

9. DECLARAÇÃO (alínea g) do n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30/04)

"Declaro que são verdadeiras as informações acima prestadas".

10. INFORMAÇÃO AO TITULAR DE DADOS PESSOAIS

"Declaro que tomei conhecimento da informação constante no verso do documento relativa à Política de Proteção e Tratamento de Dados Pessoais, recolhida pelo presente formulário e no âmbito da aqui identificada candidatura".

Localidade: _____

Data: _____

Assinatura

Documentos que anexa à candidatura:

Currículo

Certificado de habilitações

Comprovativos de formação
(Quantidade _____)

Declaração a que se refere ii),
d), nº1 Artigo 19.º da Portaria
(*)

Outros:

(*) **Identificação do vínculo de emprego público detido**, quando exista, bem como da carreira e categoria de que seja titular, da posição remuneratória que detém nessa data, da atividade que executa e do órgão ou serviço onde exerce funções.

INFORMAÇÃO AOS TITULARES DE DADOS PESSOAIS

Nos termos do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, aprovado pelo Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril (RGPD), informa-se o seguinte:

Os dados pessoais recolhidos no âmbito do presente formulário serão tratados pelo Município de Oeiras no âmbito das suas atribuições e competências em matéria de Recursos Humanos, designadamente em Recrutamento e Seleção.

O fundamento jurídico para o tratamento dos dados ora recolhidos assenta no cumprimento de uma obrigação jurídica (legislação específica aplicável ao pedido formulado), resultante da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, as quais decorrem do interesse público refletido no n.º 2 do artigo 47.º da Constituição da República Portuguesa, ao determinar o concurso público como forma de ingresso na Administração Pública, e fundamenta-se, também assim, nas diligências pré-contratuais para estabelecimento do vínculo de emprego público – n.º 1, alíneas c), e) e b), do artigo 6.º do RGPD, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à circulação desses dados, e legislação nacional aplicável.

O Município de Oeiras é a entidade responsável pelo tratamento dos dados, não os utilizando para qualquer outra finalidade que extravase o pedido formulado e os atos inerentes ao procedimento concursal respetivo, procedendo ao seu tratamento anonimizado para fins meramente estatísticos.

Todos os colaboradores do Município de Oeiras estão abrangidos por uma obrigação de confidencialidade.

Os dados recolhidos são conservados de acordo com os prazos legalmente previstos.

Os direitos de acesso, retificação, oposição, limitação, apagamento e portabilidade dos dados pessoais podem ser exercidos através do endereço de email: epd@cm-oeiras.pt, sem prejuízo do direito do titular apresentar reclamação a uma autoridade de controlo.

Para informações adicionais, consulte a política de privacidade do Município de Oeiras, disponível em http://www.cm-oeiras.pt/politica_privacidade